



REQUERIMENTO Nº , **DE 2023**
(Da Dep Bia Kicis)

Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre a questão da queda no repasse do FPM, dívidas previdenciárias dos municípios, dívidas da União com os municípios na assistência social.

Senhora Presidente,

Requeiro à V. Exa. nos termos dos artigos 24, inciso III, e 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública para debater sobre a questão da queda no repasse do FPM, dívidas previdenciárias dos municípios, dívidas da União com os municípios na assistência social.

Convidados:

1. Sr. Paulo Ziulkoski, presidente da Confederação Nacional de Municípios – CNM;
2. Representante do Ministério do Planejamento;
3. Representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços;
4. Representante do Ministério do Trabalho e Emprego;
5. Representante TCU
6. Representante da Sociedade Civil.



JUSTIFICAÇÃO

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD236226794400>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Bia Kicis



CD236226794400
ExEdit



CAMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Bia Kicis – PL/DF

Apresentação: 01/11/2023 16:42:13.383 - CFEC

REQ n.475/2023

O Fundo de Participação dos Municípios (FPM) atualmente é a principal receita de 7 a cada 10 Municípios do país. Em razão de sua importância relativa para as finanças municipais, as quedas ocorridas nos repasses do FPM neste segundo semestre (-8,63% em julho, -7,95% em agosto, -3,54% em setembro e -0,55% em outubro), desconsiderando os adicionais, causaram grande preocupação para os gestores municipais. Somente neste período, há uma queda nominal de 5,29% - o que equivale a quase R\$ 2,6 bilhões a menos aos cofres municipais. Com a correção inflacionária, essa queda acumulada supera 9,4%. As razões que a CNM tem observado por trás da queda do FPM estão o baixo desempenho da arrecadação de IRPJ – dependente do lucro das grandes empresas do setor de commodities e o aumento das restituições nesse período.

Atualmente, 3.442 Municípios encontram-se no regime geral. Dados levantados pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM) apontam que a dívida previdenciária dos Municípios, no âmbito do RGPS, totaliza R\$ 190 bilhões, dos quais R\$ 79,636 bilhões são dívidas que integram o estoque de débitos previdenciário com a Receita Federal (RFB), atualizados em dezembro de 2022; e R\$ 110,7 bilhões, que se encontram em Dívida Ativa da União (DAU) sob gestão da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), atualizados até dezembro de 2022. A comparação da evolução recente do estoque da dívida entre setembro e dezembro de 2022 indica uma elevada acentuação, crescendo R\$ 1,5 bilhão no período (1,93%). Nessa velocidade, a dívida da RFB poderá superar R\$ 100 bilhões em dezembro de 2023, impagável para os Municípios.

A realização da requerida audiência pública se faz necessária para obtermos esclarecimentos e informações.

Sala da Comissão, de de 2023.

Deputada BIA KICIS
PL/DF

